

A INCLUSÃO DE ALUNO AUTISTA NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO NA AMAZÔNIA OCIDENTAL

THE INCLUSION OF AUTISM STUDENTS IN THE MUNICIPAL EDUCATION NETWORK IN THE WESTERN AMAZON

Marck de Souza Torres¹ | Maria Lidianne Carvalho da Silva²
Reruzza Andina Pereira dos Santos Sousa³

RESUMO: O presente trabalho tem como objetivo relatar a experiência de inclusão de um aluno com TEA, na escola de ensino fundamental, tendo como base o relato de experiência de duas professoras de uma escola municipal de Rio Branco. O sujeito da análise foi um aluno autista, do 5º ano do Ensino Fundamental I. A discussão transcorreu a partir dos aspectos comportamentais em sala de aula regular e nos demais espaços da escola. Foram realizados registros durante quatro anos, com visitas na casa do aluno, observações em passeios, conversas com os pais e familiares mais próximos. Durante esse período o aluno foi acompanhado por um profissional da educação especial, denominado Professor Mediador e uma professora do AEE para mediar todo processo inclusivo. Os resultados da investigação indicam que a escola regular tem avançado na direção da inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais, mas ainda deixa muito a desejar em alguns aspectos essenciais, como a formação/qualificação de professores, necessitando de investimento em material didático especializado, bem como no aperfeiçoamento do trabalho em equipe, que dê condições a todos, de compreender os processos de desenvolvimento do ensino aprendizagem desses alunos, para que se possa promover uma inclusão com responsabilidade. Conclui-se, que há possibilidades de um aluno TEA de conviver, socializar-se e desenvolver-se em um ambiente diversificado, desde que a escola seja capaz de promover as condições adequadas para receber esse aluno e oferecer-lhe um atendimento de qualidade.

Palavras-Chave: Inclusão. TEA. Escola.

ABSTRACT: The present study aims to report the experience of including a student with ASD in elementary school, based on the experience report of two teachers from a municipal school in Rio Branco. The subject of the analysis was an autistic student, from the 5th year of elementary school I. The discussion took place from the behavioral aspects in the regular classroom and in the other spaces of the school. Records were kept for four years, with visits at the student's home, observations on outings, conversations with parents and close relatives. During this period the student was accompanied by a special education professional called Mediator and an ESA teacher to mediate any inclusive process. Research results indicate that regular school has advanced towards the inclusion of pupils with special educational needs but still leaves much to be desired in some essential aspects, such as teacher training / qualification, requiring investment in specialized didactic material as well as well as in the improvement of teamwork, which enables everyone to understand the processes of development of teaching learning of these students, so that inclusion can be promoted with responsibility. It is concluded that there is a possibility for a TEA student to socialize, socialize and develop in a diversified environment, provided that the

¹ Mestre em Psicologia Clínica e Cultura pela Universidade de Brasília (UnB). Docente da Faculdade Barão do Rio Branco. Acre, Brasil. E-mail: marckst22@yahoo.com.br

² Especialista em Transtorno do Espectro Autista: abordagem multidisciplinar pela Faculdade Barão do Rio Branco. Acre, Brasil. E-mail: lidiane_pedagoga@hotmail.com

³ E-mail: reruza2010@hotmail.com

school is able to promote the appropriate conditions to receive this student and offer him a quality care.

Keywords: Inclusion. TEA. School.

INTRODUÇÃO

Ao longo da história da humanidade, as pessoas com deficiência e quaisquer outras necessidades especiais, não tinham oportunidade de estudar, por serem consideradas incapazes. O preconceito e a discriminação acerca dessas pessoas atravessaram séculos, impedindo-as de participarem da vida ativa da sociedade. Com o passar dos tempos e a organização das sociedades, o avanço da ciência, o aparecimento de estudos e de leis em defesa dos direitos humanos, os grupos antes excluídos foram ganhando espaço, dando aos excluídos a oportunidade de exercerem seus direitos.

Deficiência não pode ser confundido com incapacidade, pois, esse termo por vezes é usado para demonstrar um funcionamento negativo da pessoa, resultante do ambiente humano e físico inadequado, (e.g a incapacidade de uma pessoa cega para ler textos que não estejam em braille, a incapacidade de uma pessoa com baixa visão para ler textos impressos em letras miúdas, a incapacidade de uma pessoa em cadeira de rodas para subir degraus, a incapacidade de uma pessoa com deficiência intelectual para entender explicações conceituais, a incapacidade de uma pessoa surda para captar ruídos e falas), dessa forma as desvantagens impostas às pessoas com deficiência, através daqueles fatores ambientais que não constituem barreiras para pessoas sem deficiência (Sasaki, 2007)

Essas pessoas foram rejeitadas durante séculos, na escola e nos diversos setores da sociedade e apesar de muitos avanços sociais e científicos, e da existência de uma vasta legislação em defesa dos direitos das pessoas com deficiência e de muitas conquistas no campo da inclusão, é inegável a dificuldade para que o processo de inclusão de um aluno com deficiências ou quaisquer transtornos (intelectual ou comportamental), como é o caso dos alunos com autismo, que só muito recentemente estão conseguindo quebrar as barreiras do preconceito e garantir uma vaga na escola e, ainda assim, nem sempre conseguem as condições ideais para estudar e se desenvolver, principalmente pelas suas características e dificuldades na adaptação social.

A inclusão do aluno com Transtorno do Espectro Austista (TEA) tem sido discutida em diferentes contextos, sendo a escola o melhor local para promover a inclusão social e educacional desse aluno, onde esta é fundamental nesse momento da vida do educando.

O TEA é uma síndrome comportamental de etiologia variada, sendo caracterizado por déficits de interação social, visualizado pela inabilidade na relação com o outro, usualmente combinado com déficits de linguagem e alterações de comportamento, pode ocorrer em qualquer

classe social, raça ou cultura e 65 a 90% dos casos estão associados a deficiência mental (Camargo & Bosa, 2009)

A inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais é um movimento que tem sido muito polemizado por diferentes segmentos, mas essa inserção nada mais é do que garantir o direito constitucional que todos têm independente de suas necessidades. A inclusão vai depender da capacidade de se lidar com a diversidade e as diferenças, nessa perspectiva o papel do professor nesse processo é fundamental, uma vez que ele é o mediador do processo ensino/aprendizagem (Mantoan, 2004; Saviani, 2001)

A Educação inclusiva é caracterizada como uma política social que se refere a alunos com necessidades educacionais especiais, tomando-se o conceito mais amplo, que é o da Declaração de Salamanca, UNESCO (2003), o princípio fundamental desta linha de ação é de que as escolas devem acolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, emocionais, linguística e outras.

Logo, devem acolher crianças com deficiência ou bem dotadas, crianças que vivem nas ruas e que trabalham, crianças de populações distantes ou nômades, crianças de minorias linguísticas étnicas ou culturais e crianças de outros grupos ou zonas desfavorecidas ou marginalizada.

A inclusão é uma proposta na qual qualquer aluno tenha acesso ao ensino regular e que todos, sem exceções, tenham os mesmos direitos, e que os atendimentos, os currículos e as avaliações no ambiente escolar, sejam adaptados de acordo com as limitações e dificuldades apresentadas por cada aluno especial (Mantoan, 2006).

As crianças com TEA, em geral, apresentam dificuldade em aprender a utilizar corretamente as palavras, mas quando participam de um programa intenso de aulas parecem ocorrer mudanças positivas nas habilidades de linguagem, motoras, interação social e a aprendizagem (Gauderer, 1987).

É necessário orientar os professores, tornando-os capacitados a identificar corretamente as necessidades de seus alunos com TEA, pesquisas mostram que esses profissionais demonstram um certo receio principalmente com relação a agressividade das crianças autistas, o que deixa muito clara a falta de conhecimento sobre o tema, uma vez que a agressividade não é um comportamento necessariamente característico (Stainback & Stainback, 1999).

As indagações acerca das dificuldades na inclusão escolar de crianças com Transtorno Espectro do Autismo (TEA) têm levantando indagações na maior parte das pessoas envolvidas no processo educativo, que atende esse público e lançam um debate sobre as condições

necessárias para que estes alunos sejam incluídos em todos os ambientes da escola, e que apresentem evoluções durante o processo educativo.

O acesso a educação e ao professor mediador caso comprovada a necessidade está prevista no Art. 3º inciso IV da Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012 que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, essa lei representa um avanço no processo educativo de alunos TEA.

Assim sendo, o presente trabalho tem o objetivo de analisar as principais dificuldades e os avanços que um aluno com TEA – Transtorno Espectro do Autismo pode apresentar na escola, bem como identificar as reais condições de atendimento especializado para esse aluno, na referida escola, tendo como base a política nacional de inclusão e cuja metodologia ampara-se em experiências vivenciadas por duas professoras, de uma escola de ensino fundamental I, do município de Rio Branco – Acre.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

2.1 Caracterização do participante

O aluno em estudo é João (nome fictício), tem 12 anos, estava matriculado no 5º ano do Ensino Fundamental I, apresentava deficiência múltiplas como: esclerose, tuberculose, deficiência intelectual e diagnóstico Transtorno do Espectro Autista. Segundo informações do neurologista, os problemas são consequências da má formação cerebral, uma vez que a criança apresenta seis lesões cerebrais. Atualmente, a criança está frequentando uma escola pública, no primeiro ano Ensino Fundamental I. O aluno com um (1) ano de idade, foi diagnosticado como autista de baixo funcionamento quando apresentava várias crises convulsivas. Ele tem déficit de comunicação, apresenta movimentos repetitivos e um QI abaixo da média. Não reconhece as letras, não lê, não escreve, não transcreve do quadro ou do livro e ainda não desenvolveu a coordenação motora fina, não cobre traçados porque não consegue segurar o lápis e também não realiza nenhuma atividade pessoal sem ajuda, como por exemplo, tomar banho, escovar os dentes, vestir-se ou calçar-se.

2.2. Observações da Equipe

Na primeira observação o aluno apresentou: 1) comunicação comprometida, ou seja, a criança ouvia, porém, demonstrava responder aos estímulos do ambiente. É uma criança dependente dos familiares e dos cuidadores, porque ainda utiliza fralda descartável, não tem expressões faciais e físicas, apresenta-se apático e, sem autonomia na vida social e escolar.

Segundo relato da mãe, ele ainda não havia frequentado a escola, por rejeição das instituições de ensino, que justificavam não poder receber o aluno, por não apresentarem qualificação profissional adequada para trabalhar com tantos comprometimentos que a criança.

A criança apresentava comportamento agressivo, gritava muito, mordia, se auto agredia, jogava-se no chão, não permitia que ninguém lhe tocasse. Sua mãe apenas tentava segurá-lo e agia com paciência. A princípio, todos os membros da escola ficaram receosos, pois seria um desafio e mais uma experiência a ser vivenciada no âmbito escolar. Mas a equipe gestora demonstrou solidariedade e compromisso, garantindo para a mãe, que fariam o possível para que esse aluno fosse incluído nas atividades escolares, independentemente de sua deficiência, e que seus limites seriam respeitados.

No início das atividades escolares, João não entrava em sala de aula, só gritava e se jogava no chão, pois o ambiente era fechado. Sentia-se mal e tinha crises de choros e gritos estridentes, e mordia quem tocasse nele.

2.3 A Intervenção

A professora da sala regular chorava, e não sabia como lidar e conter tal situação. Foi então que a professora da Sala de Recursos Multifuncionais entrou em ação, se disponibilizou a ficar com o aluno durante o período em que este estivesse em sala de aula. Primeiramente, ela aproximou-se lentamente, até que ele permitiu a permanência dela ao seu lado, como também permitiu que ela o tocasse, carinhosamente. A professora do Atendimento Educacional Especializado conquistou sua confiança e aos poucos João foi permitindo que os demais colegas de sala se aproximassem, sem fazer uso de agressividade.

Tendo em vista a necessidade de cuidados pessoais, posto que o mesmo não tem controle sobre suas necessidades fisiológicas, foi solicitado da Secretaria Municipal de Educação, o envio de um profissional para atendê-lo exclusivamente. Porém, o que a escola não sabia, é que teria outro desafio pela frente, já que a pessoa disponibilizada pela Secretaria não tinha nenhuma experiência com criança, e tampouco com crianças com diagnóstico de TEA. Logo veio a rejeição intensa da criança, e a mesma voltou a apresentar comportamento agressivo, devido à quebra de rotina.

A avaliação da equipe gestora naquele momento era de que o aluno havia regredido no que se refere à socialização, e que novamente teria de passar por um processo de adaptação. Infelizmente ele não demonstrou disposição em aceitar tal situação, e cada dia que passava parecia mais e mais insatisfeito com a presença de sua cuidadora pessoal. A solução foi solicitar substituição para a Secretaria de Educação.

Com a chegada de uma nova cuidadora, a equipe gestora teve o cuidado para que a aproximação desta se desse de maneira gradual. A mesma foi se aproximando aos poucos de João, até que ele permitisse ficar a sós com ela. A escola se preocupou e assumiu o compromisso de incluí-lo nas atividades extraclasse da escola, por exemplo, nas aulas de educação física, passeios em parques ecológicos, apresentações de atividades musicais e culturais no pátio. O aluno, voluntariamente, escolhia visitar a biblioteca da escola, sentava-se em um sofá que adotou para si e calmamente ouvia histórias infantis (não muito longas).

Seu tempo de permanência na escola, no início era de 30 minutos. Depois sua mãe o levava para casa. Sua permanência na sala de aula regular era mínima, pois o barulho, a fala da professora, o movimento das crianças dentro da sala de aula, tudo o deixava muito irritado. A escola compreendeu que ele havia criado uma rotina e que era hora de modificá-la, afinal de contas convivía, segundo relato de sua mãe, somente com pessoas de sua família e que quando sua rotina era diferenciada apresentava comportamento agressivo e de muita insatisfação.

Durante quase um semestre, a permanência dele na escola foi no máximo duas horas, o que a escola e sua mãe já consideraram um avanço. Durante este período, ele aprendeu a sentar-se juntamente com os demais alunos, no refeitório e já não se incomodava tanto com o barulho dos colegas, na sala de aula. Porém, ocorreram dias em que João, não conseguia permanecer na escola, principalmente no início da semana, tendo em vista a quebra de sua rotina, durante o final de semana, ou seja, toda semana ele passava por readaptação de sua rotina escolar.

Aos poucos, foi sendo traçado um Plano de Atendimento Educacional com objetivos de ajudar o aluno a adquirir autonomia e independência nas atividades diárias e sociais dentro escola como, por exemplo, calçar-se, vestir-se, desenvolver o raciocínio, a linguagem, coordenação motora e ampliar a cognição. Foi organizado realizado no período de abril a dezembro, com frequência de duas vezes por semana, com tempo de 50 minutos, e de forma individual.

Os materiais utilizados foram para serem produzidos (cartazes ilustrativos, pranchas de comunicação, jogos educativos de correspondência; sequência de figuras; cores e sombras, cartões com fotos, desenhos e símbolos, placas vazadas de papelão com linhas onduladas, retas e zigue-zague). Para serem adquiridos (alfabeto móvel, números, blocos lógicos, bolas de diferentes tamanhos e cores, brinquedos diversos, caderno, carimbos, CD de música infantil e aparelho de som, giz de cera, lápis de cor, massa de modelar, objetos de higiene pessoal escova, pente, pasta, sabonete, toalha, papel A4, pasta com elástico para guardar atividades, pranchas de comunicação alternativa, livros de histórias infantis revistas, cartolina ou papel cartão, papelão, cola, tesoura e palitos.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O processo de inclusão do aluno TEA, é sem dúvida, uma experiência importante e inovadora, mas também bastante desafiadora, principalmente pelas dificuldades, no que tange à ausência de profissionais qualificados para lidar com as características do educando; existência de preconceito na escola; inexistência de um planejamento adequado, dentre outros aspectos que são fundamentais para o desenvolvimento do aluno.

Entretanto, foram registrados avanços nesse processo, notadamente a partir do envolvimento de profissionais do AEE e Cuidador Pessoal, para o atendimento do aluno e da realização de um trabalho em equipe, bem como da adequação da rotina do aluno, com a iniciação de um planejamento específico, para suas características, que lhe permitiram adaptação, aceitação do professor e dos colegas, participação de algumas atividades, na escola e na comunidade (extraclasse), indicam que a escola regular já avançou bastante na direção da inclusão desse aluno, conforme está previsto na legislação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao concluir o presente estudo, ficou evidenciado que o processo de inclusão das pessoas com deficiência ou com transtornos globais de desenvolvimento ainda é uma luta com grandes dificuldades a serem vencidas, tendo em vista que nem sempre a escola apresenta as condições favoráveis para receber essas pessoas, condições estas, que vão desde o espaço físico, equipamentos, formação e qualificação de profissionais, e principalmente a quebra de preconceitos, para o acolhimento dos alunos especiais.

Por outro lado constata-se, no Relato de Experiência, através de registros durante quatro anos, visitas na casa do aluno, observações em passeios, conversas com os pais e familiares mais próximos, que quando o aluno em estudo passou a receber o acompanhamento adequado, por um profissional da educação especial, denominado Professor Mediador e uma professora do AEE, os resultados escolares, especialmente no aspecto da adaptação, aceitação do professor e dos colegas, participação de algumas atividades, começaram a aparecer, indicando que a escola regular já avançou bastante na direção da inclusão desse aluno.

Portanto, podemos perceber que há possibilidades de um aluno TEA conviver, socializar-se e desenvolver-se em um ambiente diversificado, desde que a escola seja capaz de promover as condições adequadas para receber esse aluno e oferecer-lhe um atendimento de qualidade.

REFERÊNCIAS

- BOSA, C.; CALLIAS, M. (2000) Autismo: breve revisão de diferentes abordagens. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 13(1), 167- 177.
- BRASIL. (1996). *Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Diário Oficial da União.
- GAUDERER, E. C. (1987). *Autismo – Década de 80. Uma atualização para os que atuam na área: do especialista aos pais*. São Paulo. Ed. Almed, 2ª edição.
- MANTOAN, M. T. E. (1997). *A Integração de pessoas com deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema*. São Paulo: Editora Memno.
- SASSAKI, R. K. (2005). Atualizações semânticas na inclusão de pessoas: Deficiência Mental ou Intelectual? Doença ou Transtorno Mental?. *Revista Nacional de Reabilitação*, 9(43), 9-10.
- STAINBACK, S. & STAINBACK, W. (1999). *Inclusão: um guia para educadores*. Porto Alegre: Artmed.
- UNESCO. (2003). Declaração de Salamanca. São Paulo: Biblioteca Virtual de Direitos Humanos/USP.